

PRIVILÉGIO

Mansões permanecem

Os loteamentos irregulares do DF onde foram construídas mansões não sofrerão a ação da comissão de erradicação de invasões criada pelo GDF. Integrada por representantes de 10 secretarias e da Procuradoria Geral, sob coordenação de membro do Gabinete Civil, a comissão vai apenas "inibir novos parcelamentos, com base na legislação vigente". A informação é do coordenador Jair Batista Lopes.

Uma denúncia sobre invasão e parcelamento de área pública na Fazenda Pajanoazinho, em Sobradinho, circula pelos gabinetes do GDF, empresas interessadas (Terracap e Calsb) e Administração Regional, sem que haja conhecimento de qualquer providência. O assunto foi levado ontem ao coordenador da comissão, que, contudo, preferiu não comentá-lo, afirmando "depende de recebimento de ofício".

LOTEAMENTOS

Grande parte dos loteamentos irregulares situa-se na jurisdição da Administração Regional do Gama, representada na comissão pelo coordenador das Administrações Regionais, Vital de Moraes. Em locais como a antiga Fazenda Papuda e proximidades da Escola Fazendária existe uma série de mansões, prontas ou em fase de acabamento, e já habitadas. Os loteamentos situam-se em áreas de proteção ambiental. Contra elas, a comissão nada fará, segundo o coordenador.

Jair Batista Lopes informou que na primeira reunião do grupo, realizada ontem, foi exposta pelos componentes uma série de "dificuldades operacionais", sobretudo pela inexistência de uma política sobre parcelamento de terras no DF. O trabalho da comissão, segundo Jair Batista, "será justamente o de apresentar proposta política para combater a ocupação irregular de terras". Participam da comissão representantes das Secretarias de Viação e Obras, Governo, Administração, Serviços Públicos, Agricultura, Segurança, Comunicação Social, Reforma Administrativa e Meio Ambiente.